

# A ETNOGRAFIA NO ESTUDO DO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

## THE ETHNOGRAPHY IN THE ROUTINE STUDY OF ANTI-RACIST EDUCATION

Fausto Ricardo Silva Sousa 1  
Herli de Sousa Carvalho 2

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir a utilização da Etnografia Educacional como base metodológica para investigar o cotidiano da Educação Antirracista. Fazendo uso da pesquisa bibliográfica tivemos como suporte teórico Gomes (2017, 2010), Regis (2015), Mattos (2011a, 2011b), André (2009), dentre outros. Diante do estudo compreendemos que a demanda por uma Educação Antirracista não se expressa unicamente pela Lei nº 10.639/2003, mas fundamenta-se na trajetória do Movimento Negro, de forma que para conhecer o cotidiano da Educação Antirracista temos na Etnografia Educacional uma metodologia capaz de dar vazão à complexidade da temática ao mesmo tempo que reconhece sua filiação com a realidade das populações negras. Contudo, é preciso ter clareza metodológica, ter fidelidade às características básicas da Etnografia, trazendo para as pesquisas educacionais tanto o rigor científico como a poésis numa correlação com a vida que pulsa na realidade do contexto de inserção e nas vivências dos interlocutores.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista. Movimento Negro. Etnografia. Pesquisa Educacional.

**Abstract:** This paper aims to discuss the use of Educational Ethnography as a methodological basis to investigate the daily life of Anti-racist Education. Using bibliographic research, we had as theoretical support Gomes (2017, 2010), Regis (2015), Mattos (2011a, 2011b), André (2009), among others. In the light of this study, we understand that the demand for an Anti-racist Education is not expressed only by the law Nº 10.639/2003, but is based on the trajectory of the Black Movement, so that, in order to know the daily life of Anti-racist Education, we have in Educational Ethnography a methodology capable of giving vent to the complexity of this subject, at the same time it recognizes its affiliation to the reality of black populations. However, it is necessary to have methodological clarity, to be faithful to the basic characteristics of Ethnography, to bring to educational research both scientific rigor and poesis, in a correlation with the life that pulses in the reality of insertion context and in the interlocutors' experiences.

**Keywords:** Anti-racist Education. Black Movement. Ethnography. Educational Research.

---

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Formação Docente 1  
em Práticas Educativas (PPGFOPRED) da Universidade Federal do Maranhão  
(UFMA). Professor da rede pública municipal de Educação de Açailândia -  
Maranhão. Membro do grupo de pesquisa Diálogos Interculturais e  
Práticas Educativas (DIPE).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8554441432063089>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4766-714X>.  
E-mail: [fausto.ricardo@discente.ufma.br](mailto:fausto.ricardo@discente.ufma.br)

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande 2  
do Norte (UFRN). Professora do Programa de Pós-Graduação em Formação  
Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED, Universidade Federal  
do Maranhão - UFMA. Membro do grupo de pesquisa Diálogos  
Interculturais e Práticas Educativas (DIPE).  
Lattes: <https://orcid.org/0000-0003-1503-4468>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1503-4468>.  
E-mail: [herli.sousa@ufma.br](mailto:herli.sousa@ufma.br)

## Introdução

O artigo intitulado “A Etnografia no Estudo do Cotidiano da Educação Antirracista” é fruto de estudos e debates realizados na disciplina de Fundamentos Metodológicos da Pesquisa junto ao Programa de Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), *Campus Imperatriz*, bem como a busca por compreender as exigências da Etnografia como recurso metodológico para conhecer cientificamente o cotidiano da Educação Antirracista.

Diante do grande leque de opções metodológicas para se fazer pesquisa científica no contexto escolar, priorizamos aqui discutir a utilização da Etnografia Educacional como base metodológica para investigar o cotidiano da Educação Antirracista, por reconhecermos nela bases fincadas num olhar holístico do objeto de estudo, numa busca por conhecê-lo observando-o em seu contexto social, político e cultural, e ainda, entendendo que para compreender a Educação Antirracista é preciso ir ao encontro com as demandas expressadas e sistematizadas pelo Movimento Negro. Desta forma, observamos que a Etnografia Educacional direciona olhar sensível para aproximar a escola dos anseios de luta contra o racismo.

Para cumprir o objetivo traçado dividimos o trabalho em três partes. Na primeira, buscamos apresentar sumariamente o que podemos compreender por Educação Antirracista, delineamos um movimento necessário para não tratar de forma vazia o objeto de estudo. Sendo assim, trazemos para a discussão as exigências legais, sobretudo com base na Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003), mas olhando-as a partir da atuação do Movimento Negro, tendo-o como responsável por inserir nacionalmente nos cenários político, histórico e social a discussão sobre o racismo e a necessidade de enfrentá-lo, de reconhecer as mazelas às quais as populações negras são condicionadas, e de desconstruir o imaginário de inexistência do racismo no Brasil pautado na manutenção do mito da democracia racial.

Na segunda parte nos detemos a discutir a base metodológica e histórica da Etnografia. Muito mais do que trazer meras conceituações, vendo que desta forma não poderíamos abarcar dilemas metodológicos, observamos a Etnografia a partir da aplicabilidade advindo da discussão da sua utilização nas pesquisas educacionais sem perder a base antropológica.

Partindo de três dimensões essenciais para apreender o cotidiano escolar a partir da pesquisa etnográfica, argumentamos na terceira parte como a Educação Antirracista com suas características e bases conceituais fundamentais pode ser encaixada em cada uma dessas dimensões. Além disso, fazemos uma breve argumentação da necessidade de que o familiar não quer dizer conhecimento científico, isto é, de que estar inserido no ambiente escolar não significa ser suficiente para explicar a Educação Antirracista em seu cotidiano.

Desta forma, fizemos uso da pesquisa bibliográfica para tratar das temáticas Educação Antirracista e Etnografia Educacional. Com destaque para o debate sobre o objeto de estudo trazemos Gomes (2017, 2010), Arroyo (2013), Munanga (2020), Cruz (2005) e Regis (2015), e para o debate acerca da metodologia trazemos Mattos (2011a, 2011b), André (2009) e Velho (2013), de forma que a utilização dos estudos desses teóricos e dessas teóricas não finda a variedade de suportes necessários para aprofundar a proposta levantada, mas, almejando que as contribuições sejam aprofundadas a fim de chegarmos ao objetivo traçado com aproveitamento.

## Discutindo a educação antirracista

Discutir a Educação Antirracista se tornou uma realidade nacional, sobretudo a partir de 2003 com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório os conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições públicas e privadas e nos cursos de formação docente a nível nacional. Contudo, para compreender essa forma de educação, torna-se necessário um olhar mais profundo da atuação político-social do Movimento Negro brasileiro.

Tendo várias pesquisas acerca da trajetória do Movimento Negro brasileiro, a professora Nilma Lino Gomes (2017, 2010) destaca que esse movimento social possui uma pluralidade de conceitos que podem divergir quanto a amplitude, as formas atitudinais e áreas de atuação expressas para que um indivíduo ou coletivo possa ser compreendido como militante, possuindo

uma característica marcante presente em todas as conceituações, o caráter político e educador do Movimento Negro.

Fazendo parte da gama dos movimentos sociais, o Movimento Negro exala características gerais e específicas. Para tanto evidenciamos uma parte importante referente ao que é nutrido nos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16-17).

Desta forma, não querendo delimitar a atuação dos movimentos sociais unicamente por sua dimensão pedagógica, mas fazendo uso desta para ir ao encontro com as demais, compreendemos que se mostram como alternativas ao pensamento vigente, ao pensamento excludente que se faz absoluto e é difundido massivamente na sociedade, uma vez que é fruto da atuação das classes detentoras do poder político e econômico. Em outras palavras, os movimentos sociais são a voz dos silenciados, mostram que as minorias étnicas, de classe, de gênero, dentre outras, são produtoras de conhecimento e atuantes na história e na sociedade brasileira, existem, participaram e participam ativamente da construção de nossa identidade social (ARROYO, 2003).

O Movimento Negro se faz movimento social por partilhar dessas demandas por atuar no enfrentamento ao hegemônico excludente. Contudo, torna-se específico por ter demandas próprias que não são vistas em outros movimentos sociais, ou pelo menos não são vistas com tanta clareza. São demandas específicas do Movimento Negro: o enfrentamento ao racismo; a desconstrução da ideologia do mito da democracia racial; a busca por valorização da atuação de pessoas africanas escravizadas e de afrodescendentes na história e cultura brasileira; a inclusão dos negros e negras na sociedade brasileira de maneira equitativa, dentre outras.

Diante das várias questões específicas do Movimento Negro, destacaremos o enfrentamento ao racismo para progredirmos com nossa argumentação. Kabengele Munanga (2020), africano da República Democrática do Congo, naturalizado brasileiro aos 43 anos, professor e estudioso militante da realidade racial, cultural, histórica e política brasileira e africana, juntamente com Gomes (2010) apresentam que o racismo é um elemento estruturante da sociedade. É um determinante para a formulação de ideias e práticas em que se tem a sobreposição do pensamento branco europeu em detrimento dos demais, especificamente afrodescendente e indígena ao se tratar da realidade brasileira.

Temos uma atuação estruturante do racismo na perspectiva de excluir da história todas as contribuições do povo negro, apagar que as mãos que construíram a sociedade brasileira foram em grande parcela negras, deslegitimar os traços culturais negros presentes na cultura nacional e negativá-los quando são vistos e, além de outras atuações, negativar também os traços identitários e corpóreos negros. O mito da democracia racial, ao argumentar, defender e propagar o pensamento que se internalizou de que no Brasil não temos desigualdade étnico-raciais e, pelo contrário, temos igualdade de oportunidades, além de ser uma grande expressão desse racismo estruturante, desenvolve a função de encobri-lo, de mascarar a discriminação.

O Movimento Negro ao levantar a bandeira de que o racismo existe e de que o mito da democracia racial o mascara e engana a coletividade com a ideologia de uma igualdade inexistente, atribui a si primeiramente o dever de denunciar a severidade e os impactos dessa realidade nas vidas do povo negro e, em segundo lugar buscar modificações e traçar mecanismos de transformações da estrutura social. Sendo assim, reconhece na política e na educação dois

grandes terrenos férteis de lutas emancipatórias. A educação sempre foi vista desde o Brasil colonial como uma necessidade para uma possível transformação da realidade dos negros e negras, como aponta Mariléia dos Santos Cruz (2005), professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e estudiosa da história da educação dos negros e negras, no texto “Uma abordagem sobre a história da educação dos negros”. Em que a política é vista de maneira mais contundente como espaço a ser conquistado a partir da década de 1970.

É nesse cenário, de lutas emancipatórias e contra-hegemônicas, de reconhecimento da severidade do racismo, da valorização da trajetória e das contribuições dos negros e negras na construção da nação brasileira, da difusão de saberes específicos que devemos compreender a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), sendo a forma escrita e legal da necessidade de se ter uma Educação Antirracista como expressão maior, de acordo com Gomes (2010), da chegada do Movimento Negro ao ambiente político e por sua formulação representa uma grande conquista ao apregoar para a educação escolar a necessidade de rever conhecimentos, de sair das amarras eurocêntricas e tornar o conhecimento plural, tal qual nossa sociedade foi constituída, assim define novas fronteiras de atuação para o Movimento Negro agregando agora a necessária aplicabilidade da lei.

Não queremos categorizar o Movimento Negro como fiscal legal de uma grande conquista como a promulgação de uma lei que reconhece, valoriza e busca difundir a existência da história e cultura africana e afro-brasileira, de maneira que não se deve cair no relaxamento por entender que a luta já foi ganha, mas pelo contrário, é entender esse cenário que se faz a partir de 2003 como mais fértil ainda para sua efetivação diária.

Kátia Evangelista Regis (2015), professora da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), discutindo e pesquisando temas educacionais na área das relações étnico-raciais e currículo escolar, argumenta no texto “O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no Brasil e da história africana e local em Moçambique: desafios e possibilidades” que a promulgação da lei não garantiu plena aplicabilidade nem a prática da Educação Antirracista. Em suas pesquisas, a autora encontrou grandes barreiras para a aplicação da lei, uma vez que a história e cultura africana e afro-brasileira não conseguem adentrar no currículo escolar, é tida de forma periférica, é ensinada de forma anexa, além disso, permanece no paradigma eurocêntrico, não ressignificando a educação e tampouco o pensamento social de seus sujeitos.

Diante do exposto, consideramos a Educação Antirracista “como um modelo de educação em que se tem um compromisso real de estabelecer ações políticas de mobilização e de conscientização das práticas antirracistas no contexto escolar” (SOUZA, *et al*, 2022, p.3), como uma forma de ressignificar a educação escolar vigente a partir das demandas e anseios das populações afro-brasileiras, que expressa seus saberes numa perspectiva emancipatória e que busca uma educação condizente, construída com bases fundadas na trajetória de luta do Movimento Negro.

Assim, muito mais do que uma reprodução ou adequação de concepções educativas, a Educação Antirracista suscita a reestruturação da educação real praticada em cada escola, o que nos permite compreendê-la como um fazer plural, que traz a realidade de cada instituição escolar para si e, a partir dela, expressa-se em rupturas. Nesse cenário, as entidades do Movimento Negro, como aponta Gomes (2005), participam do processo de construção da Educação Antirracista adentrando os espaços escolares, dialogando e trabalhando em conjunto com a equipe escolar, levando assim seus saberes contra-hegemônicos de modo a subsidiar transformações reais.

Olhando para o arcabouço construído até o momento, e tendo lucidez de que a realidade é permeada de questões que não cabem aqui, sentimos a necessidade de, assim como Regis (2015), buscar compreender as formas como as escolas de educação básica e os cursos de formação docente compreendem e colocam em prática a Lei nº 10.639/2003, ou seja, como essas instituições e cursos enfrentam o racismo ao trazerem a realidade vivida no passado e no presente pelo povo negro para o rol de conhecimentos curriculares e para o cotidiano das relações educativas, enfim, como se desenvolve a Educação Antirracista.

## Base conceitual à etnografia

Tendo feito um pequeno levante explicativo a respeito da Educação Antirracista em seu contexto político-social, e diante das mais variadas formas de se proceder metodologicamente uma pesquisa, abordaremos agora a Etnografia por compreendermos nela um percurso valorativo que traz contribuições para a pesquisa educacional e de cunho antirracista. Especificamente, destacamos a ênfase que essa forma de olhar os interlocutores da pesquisa dão a dimensão cultural e ao contexto socio interacional, se apresentando de extrema relevância ao estudo do contexto escolar quanto ao desenvolvimento da Educação Antirracista.

Contudo, antes de adentrarmos nas formas de tratamento metodológico etnográfico, trataremos de fazer uma breve explanação de como compreendemos a Etnografia, quais as características que a definem e a tornam um percurso investigativo. E, além disso, traremos alguns dilemas quanto a adoção da Etnografia em pesquisas educacionais.

A pesquisa etnográfica, fazendo parte do conjunto das metodologias de pesquisa da abordagem qualitativa, tem origem na Antropologia e absorve desta ciência definições a partir de formas de compreender o objeto de estudo no decorrer da história e de procedimentos para a construção de conhecimentos científicos. De acordo com Carmen Lúcia Guimarães de Mattos (2011b), professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora sobre Etnografia, gênero, exclusão, pobreza e violência, a Etnografia possui três momentos.

No primeiro momento tem-se o surgimento do Evolucionismo como teoria nutrida por pressupostos antropológicos. Nesse contexto, a sociedade europeia se torna o centro das explicações científicas, sendo modelo de desenvolvimento evolutivo humano. Em decorrência disso, a Etnografia se caracteriza por um fazer científico dito discriminatório e estereotipado, tendo suas formulações explicativas acerca de qualquer civilização calcadas num comparativo com a sociedade europeia.

Num segundo momento, em que se questionou na Antropologia a legitimidade do pensamento evolucionista, tem-se uma nova compreensão, a de que cada grupo humano e cada sociedade possui uma história própria dentro de um dado contexto cultural, haja vista que a história da humanidade não ocorre por um único trajeto. Nessa realidade a Etnografia, com a figura de Bronislaw Malinowski, um dos principais estudiosos da Antropologia e responsável por suscitar novas formas de fazer Etnografia, sendo um dos fundadores da Antropologia Social, compreende que seu dever é o de conhecer o outro e a outra sociedade em profundidade e ao mesmo tempo romper com os pressupostos eurocêntricos e evolucionistas. Para tanto seria necessário que houvesse a observação participante em que o pesquisador ou pesquisadora pudesse viver junto à comunidade pesquisada por um longo período, aprendendo a língua nativa e observando o fazer cotidiano, de tal forma que a pesquisa etnográfica pudesse ser capaz de apreender a totalidade da vida da comunidade/sociedade interlocutora da pesquisa.

E o terceiro momento é direcionado por contribuições pós-modernas (MATTOS, 2011b), em que não se aceita a centralidade do processo de pesquisa no próprio pesquisador ou pesquisadora, em que seria habilitado(a) a explicar a realidade de outras pessoas, como se tinha pensado até então, suscitando assim uma desconstrução tanto da ação e do poder do(a) pesquisador(a) num espaço conhecido ou vivido, bem como do próprio texto etnográfico. Sendo assim, a Etnografia, adotando procedimentos investigativos específicos, seria dotada de possibilidades explicativas.

Mas, como podemos definir a Etnografia? De acordo com Mattos (2011a, p. 50):

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente



pelas questões propostas pelo pesquisador.

A Etnografia manifesta-se como um olhar investigativo científico que trata os interlocutores da pesquisa a partir da realidade dele, de seus contextos e direcionamentos, por isso não tem como característica a rigidez instrumental. Trazendo contribuições para a abordagem qualitativa, a Etnografia na atualidade volta-se para pesquisar desigualdades sociais, processos de exclusão e situações de interação social, especificamente por tratar a cultura a partir de uma abordagem dialética e holística, por reconhecer a atuação ativa e dinâmica dos atores sociais nos processos de transformação das estruturas sociais, e por revelar as relações e interações existentes entre os interlocutores nos contextos sociais.

Nesse sentido, temos a escola como uma instituição que se torna ambiente de pesquisa etnográfica, tanto por ser um espaço social em que se desenvolvem relações e interações entre interlocutores, por participar da estrutura social, por ser palco de transformações a partir da atuação desses interlocutores, e por ser local de encontro entre culturas não vistas como simples reflexos das estruturas sociais, mas como “[...] sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas” (MATTOS, 2011b, p. 50).

Por tamanha potencialidade investigativa, a Etnografia observa os sujeitos interlocutores da pesquisa em seus contextos sociais de interação e relação, tomando inicialmente para si a responsabilidade de apreender os padrões comportamentais e as percepções previsíveis manifestadas pelos interlocutores participantes da pesquisa em seus fazeres cotidianos. Num sentido mais profundo, tem a responsabilidade de estudar os fatos e eventos menos previsíveis, ou ainda os que são tidos apenas em momentos ou situações específicas de interação entre indivíduos ou grupos observados. Desta maneira, a Etnografia pesquisa as formas como a vida, em determinada sociedade é conduzida, com o objetivo de compreender e revelar o significado e sentido das ações cotidianas. Por isso, tanto a Etnografia mais tradicional como a mais moderna requerem do pesquisador um longo período de observação, de pelo menos um ou dois anos.

A professora Marli Eliza D. A. André (2009), um dos grandes nomes da discussão acerca das pesquisas de educação na abordagem qualitativa, fazendo uma reconstrução histórica da utilização da Etnografia em pesquisas educacionais pontua que a partir do final da década de 1970 professores e professoras começaram a fazer uso mais intensivo da Etnografia em suas pesquisas, com destaque no estudo da sala de aula e a avaliação escolar. Nesse período era utilizada a observação como instrumento de pesquisa e tinha como objetivo o registro do comportamento no relacionamento entre professores e professoras, alunos e alunas, servindo para o estudo das interações, como produtor de conteúdos para as capacitações de docentes e para mensurar a eficácia de alguns programas de capacitação destes.

Amplamente utilizada a partir de então em pesquisas educacionais, a Etnografia, a partir da década de 1980, foi tida até como modismo metodológico e acabou sofrendo com os esvaziamentos de rigor científico ou com a má compreensão do processo de pesquisa. Apesar dessa realidade o que necessitamos compreender é que a Etnografia tem muito a contribuir com as pesquisas educacionais.

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem o seu dia a dia, apreendendo as forças que a impulsionam ou que a retêm, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo o papel e a atuação de cada sujeito nesse complexo interacional onde ações, relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados (ANDRÉ, 2009, p. 41).

Compreender a escola como um espaço de interação e de manifestação de culturas, em que os movimentos de aproximação e distanciamento entre interlocutores são produtores e ressignificam saberes e valores, só é possível a partir do momento em que a tomamos como território propício para representações e manifestações culturais que se acomodam,

contestam e resistem num processo dialógico e dialético, que reconhece e valoriza a pluralidade de atuações, de linguagens e de objetivos.

Assim, o estudo etnográfico da rotina escolar é um convite a não aceitação de um mero relato do que acontece no dia a dia da escola, mas deve-se ir interpretativamente além, reconstruindo as práticas manifestadas, desvelando as dimensões que as cercam, destacando as contradições existentes, enfim, dando vazão à força viva presente nas práticas cotidianas.

Dito isto, partiremos agora ao trabalho de relacionar as exigências próprias da Etnografia Educacional em pesquisas que tenham o objetivo de compreender o cotidiano da Educação Antirracista. Para tanto, fazendo uso das contribuições de Mattos (2011a, 2011b) e de André (2009), dentre outros teóricos que se debruçam sobre a Etnografia, buscaremos destacar os pontos cruciais para se ter um olhar sensível na trajetória da pesquisa e se cumpra com a Etnografia o conhecimento do dia a dia de uma escola no enfrentamento ao racismo.

### **Relacionando a etnografia educacional com as pesquisas sobre educação antirracista**

Ao relacionarmos a promulgação da Lei nº 10.639/2003 com a atuação político-social e educacional do Movimento Negro podemos entender que o enfrentamento ao racismo pela escola extrapola os dizeres da própria lei, requerendo atuações que se fazem cotidianas e permanentes. Sendo assim, por mais que a referida lei dê destaque para que as disciplinas de história, literatura e artes sejam essenciais no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e reconheça que essa obrigação não deve se restringir a essas disciplinas, mas se fazer identidade escolar, tem-se no Movimento Negro o grande produtor de saberes e práticas de enfrentamento ao racismo, compreendendo que o desenvolvimento da Educação Antirracista não se deve unicamente a aplicação da legislação, mas, além disso, dos produtos da atuação do Movimento Social Negro.

É necessário firmar que juntamente com a Lei nº 10.639/2003 temos outros documentos que fazem embasamento legal e teórico para o desenvolvimento da Educação Antirracista, tais como: o Parecer CNE/CP nº 03/2004, que regulamenta a alteração da LDB nº 9.394/1996 pela Lei nº 10.639/2003; a Resolução CNE/CP nº 01/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Lei nº 11.645/2008, que altera novamente a LDB e que torna obrigatório aprender sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, contemplando a pluralidade étnica brasileira de forma mais abrangente.

Este breve relato de parte do arcabouço teórico-legislativo pertinente a Educação Antirracista, uma vez que se somam às contribuições de vários pesquisadores da temática e de militantes do Movimento Negro, faz-se necessário, devido a uma exigência da própria pesquisa etnográfica, que não aconteça um esvaziamento teórico dos estudos em detrimento de puros relatos das observações. De acordo com André (2009), desenvolver somente a observação participante não é suficiente para se fazer Etnografia, é indispensável, além disso, a adoção de outras ferramentas de pesquisa, de acordo com as demandas do espaço objetivado e que se tenha um aporte teórico de referência.

Para a autora, o fato de a Etnografia ser aberta e flexível em seu percurso, não significa a ausência de teorias como suporte para auxiliar nas explicações, e justifica a necessidade de se ter um embasamento, que a definição do objeto de estudo é expressa por uma vontade de conhecer algo, e implica numa delimitação teórica de suporte para compreender o objeto de estudo traçando explicações científicas.

André (2009) traz em seu texto três dimensões essenciais para que a pesquisa etnográfica seja capaz de apreender o cotidiano escolar, são elas: a institucional ou organizacional, a instrumental ou pedagógica e a sociopolítica/cultural. Não determinando a existência de somente essas três dimensões, a autora estabelece que, e concordando com Mattos (2011b), o uso da Etnografia em pesquisas educacionais passou por um momento de descrédito junto ao conhecimento científico, por não trazer nos trabalhos produzidos um rigor metodológico de construção do conhecimento, pelo contrário, em alguns casos o que se tinha era uma reprodu-

ção do cotidiano escolar, ou seja, um relato sem teor explicativo das questões fundantes que o produziu. Desta forma, observamos como essas três dimensões podem ser vistas no trabalho investigativo do cotidiano da Educação Antirracista.

A dimensão institucional ou organizacional requer um olhar atencioso para os aspectos referentes ao contexto da prática escolar num sentido administrativo, voltar-se a apreensão das relações de poder e de tomadas de decisão, as formas de participação dos entes integrantes da escola, as formas de organização do trabalho pedagógico, os recursos humanos e materiais e a disponibilidade destes, de modo a trazer para a pesquisa toda a rede de relações existentes que se transformam no dia a dia do fazer educativo. Essa primeira dimensão exige um olhar atencioso para questões que influenciam direta e indiretamente a rotina escolar.

Ao propormos a discussão acerca da Educação Antirracista, trazemos questões indiretas que necessariamente precisam estar presentes no trabalho etnográfico e dizem respeito à legislação educacional pertinente à temática, como a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a visão de mundo que os pais e responsáveis dos alunos e alunas têm como exigência para com a escola e a educação, e sabendo que essa visão de mundo acerca da educação está pautada em determinações sociais, com relação ao enfrentamento ao racismo é preciso observar como estes responsáveis compreendem a temática como demanda escolar e como a escola age frente a esse fato.

De maneira direta, temos as posições e disposições das turmas que podem ser pensadas para que haja um distanciamento ou mesmo aproximação entre alguns interlocutores, e isso pode estar relacionado ou não ao enfrentamento das práticas racistas. Além disso, é necessário ter atenção investigativa às bagagens culturais e aos valores de cada interlocutor membro do ambiente escolar. Sendo assim, os professores e professoras, os membros da gestão escolar, os técnicos-administrativos, os responsáveis pela limpeza e alimentação, os alunos e alunas, enfim, as pessoas envolvidas no processo educativo compreendem de alguma forma o racismo, seja reconhecendo a existência e prejuízos deste à população negra ou seja a partir do mito da democracia racial, e essas formas de compreender são trazidas para o fazer diário da escola, manifestadas em práticas conflituosas, sendo elemento de investigação.

A dimensão instrucional ou pedagógica está relacionada às situações da aprendizagem e ao relacionamento entre professor e/ou professora, alunos, alunas e conhecimento. “Nessas situações estão envolvidos os objetivos e conteúdos do ensino, as atividades e o material didático, a linguagem e outros meios de comunicação entre professor e alunos e as formas de avaliar o ensino e a aprendizagem” (ANDRÉ, 2009, p. 43).

Deste modo, a busca por cumprir com essa dimensão em pesquisas que visam compreender o cotidiano da Educação Antirracista deve seguir dois lados. O primeiro lado está relacionado a aprendizagem dos alunos e alunas por meio da mediação docente, ou seja, é um olhar para os conteúdos trabalhados, se estes estão ressignificando o saber escolar quanto a atuação das pessoas negras desafricanizadas e afrodescendentes na história brasileira, se os objetivos de trabalho em sala de aula combatem o racismo ao mesmo tempo em que desvelam a severidade dele na vida social e cotidiana do povo negro, se as avaliações e atividades propostas levam em consideração a realidade social vivida pelos negros e negras, ou se, na contramão de tudo isso, na contramão da Lei nº 10.639/2003, a atuação dos professores e professoras ainda se balizam pela visão marginalizante e negativada dos negros na história brasileira ou se as temáticas folclorizam, tornam exótico o negro e sua realidade cultural, histórica e social.

O segundo lado dessa mesma dimensão diz respeito ao processo de interação entre os interlocutores em sala de aula. Faz-se necessário um olhar atento e sensível, pois aqui se tem uma dimensão que é essencialmente subjetiva, que se materializa nas relações. Sendo assim, conhecer os componentes afetivos, sociais, morais, políticos, éticos, dentre outros, que atuam na interação é fundamental, principalmente para o objeto de estudo aqui exemplificado.

Observar na realidade interativa em sala de aula as bases que dão sentido às ações realizadas diariamente. De modo que nos questionamos como inserir no estudo dos componentes curriculares discussões teórico-metodológicas que deem conta de trabalhar com as situações de racismo, as características compõem a pluralidade étnica brasileira, ou até mesmo as for-



mas diferenciadas de tratamento em sala de aula e na escola enquanto comunidade educativa. Considerando como ainda a visão de mundo de cada participante dessa comunidade, que além de ser expressa em sala de aula, como é propagada e confrontada com a realidade vivia, e, como se torna a partir das ações e interações um conhecimento internalizado.

A dimensão sociopolítica/cultural faz referência à compreensão de um contexto que extrapola os limites da própria escola, mas que está intimamente relacionada ao fazer cotidiano da educação. Aqui busca-se entender “[...] os determinantes macroestruturais da prática educativa. Esse âmbito de análise inclui uma reflexão sobre o momento histórico, sobre as forças políticas e sociais e sobre as concepções e os valores presentes na sociedade” (ANDRÉ, 2009, p. 44).

Para nosso estudo da Educação Antirracista essa dimensão leva em consideração a escola inserida em sua sociedade. Para tanto, necessitamos de uma atenção voltada ao fazer pedagógico, às relações administrativas, aos conteúdos e objetivos de aprendizagem, aos interlocutores integrantes do ambiente escolar, bem como, à forma como a sociedade de maneira mais ampla compreende o racismo e a necessidade de ações antirracistas.

Desta forma, buscar compreender no contexto de sua atuação na sociedade, como atitudes racistas são enfrentadas ou exaltadas, como o debate acerca da situação das pessoas negras é visto ou invisibilizado, e, dentre outras questões, é igualmente voltar à base argumentativa que temos para compreender a Lei nº 10.639/2003, é olhar a atuação do Movimento Negro na atualidade, reconhecendo-o como produtor e propagador de saberes e práticas de valorização das culturas negras.

Assim, o destaque dessas três dimensões para compreender o cotidiano escolar a partir da Etnografia se faz necessário para que as pesquisas que utilizem essa metodologia de inserção em campo não se limitem ou se transformem em simples relatos de observações, não se esvaziem de teorias, mas busquem a profundidade explicativa que é base para a utilização dos instrumentos característicos, como a observação participante e a entrevista.

Desta forma é possível combater alguns problemas enfrentados pela pesquisa etnográfica na educação que são, sobretudo, o desconhecimento dos princípios básicos da Etnografia, o não entendimento da necessidade da teoria ou a subutilização dela. Outro ponto a ser observado é a dificuldade de se compreender objetivamente como o pesquisador ou a pesquisadora, num processo participativo de realização de suas práticas de pesquisa e do trabalho docente estão em pleno exercício de sua dupla jornada durante o percurso.

A respeito disso, Gilberto Velho (2013), importante teórico brasileiro da antropologia urbana e da Etnografia em pesquisas urbanas, ressalta no texto “Observando o familiar” que é necessário ter clareza de que o que é familiar ao pesquisador ou pesquisadora não necessariamente lhe é conhecido cientificamente, e aqui fazemos referência ao contexto escolar da prática educativa pela profissionalidade docente. De maneira que ter contato com o objeto de investigação antes da pesquisa, não quer dizer que o objeto já lhe é conhecido aos moldes teórico-metodológicos da Etnografia. Não quer dizer, contudo, que não houve construção de conhecimento. Decerto houve. Mas esse conhecimento construído nessa aproximação não guiada por métodos investigativos serve para inquietar quem pesquisa, além de revelar-se uma realidade plausível de investigação. Contudo, não equivale a conhecimento científico. Não se pode restringir a pesquisa ao que se tem de conhecimento prévio, mas fazer uso de instrumentos investigativos, de registros, de bases teóricas e de uma longa estadia em campo para construir conhecimentos com propósitos científicos.

Sendo assim, para conhecer o cotidiano da Educação Antirracista não basta ser membro do ambiente escolar, não basta ter larga experiência e contato com a escola, não basta ter uma inquietação frente a uma realidade, todas essas questões são base para o início do processo investigativo. E, se fazem norteadoras e delimitadoras do que carece de pesquisar.

Compreendemos que seja possível construir determinados conhecimentos científicos acerca do cotidiano de uma escola que traga em sua prática a efetivação de uma política afirmativa, com base na Educação Antirracista, fazendo uso do referencial teórico, do caminho metodológico, de instrumentos investigativos, de análises profundas e relacionais entre o fazer pedagógico e as dimensões que fornecem a base da Etnografia Educacional. Entretanto, faz-se

necessária uma clareza conceitual sobre aquilo que se pretende discutir, propondo questões que dialoguem diretamente com a problemática a ser investigada.

Desta forma, muito mais do que uma mera junção entre a dimensão teórica acerca do estudo do cotidiano da Educação Antirracista com a dimensão metodológica da Etnografia Educacional, o que buscamos aqui discutir é a necessidade de que o estudo etnográfico do cotidiano escolar antirracista, seja visto a partir de uma necessária triangulação que se complete com as demandas expressas pelos interlocutores da pesquisa e pelo próprio ambiente escolar. O contexto que buscamos discutir não se limita a uma separação entre teoria e prática, mas alarga-se a uma unicidade que seja de tal forma articulada que não negue nenhuma das partes, mas ao mesmo tempo não as veja separadamente, e assim o pesquisador tenha bases firmes para compreender que a teoria e a prática formam uma práxis que precisa ser vista no processo de investigação científica.

### Considerações Finais

Diante da construção exposta destacamos a necessidade de se ter uma clareza metodológica no tratamento e na investigação científica. O trajeto aqui percorrido mostrou-se necessário para que se compreenda que a Etnografia, sendo uma metodologia, precisa ser compreendida com o próprio objeto de estudo, no caso a Educação Antirracista.

Assim compreendemos que para o trabalho escolar se tornar antirracista não pode se limitar ao reconhecimento da existência da Lei nº 10.639/2003 e demais aparatos legais com suas exigências para o contexto escolar. Precisamos buscar as bases que sustentam tais aparatos, ter clareza da atuação do Movimento Negro como coletivo que expressa as demandas negras ao passo que problematiza a realidade brasileira, fundamentar a Educação Antirracista nas discussões oriundas dos contextos social, político, econômico e educacional que acomete as populações negras na atualidade e na história do Brasil, tendo por base a discussão e enfrentamento ao racismo, não somente nos conteúdos escolares de história, literatura e artes, mas nas práticas cotidianas e globais.

Para se fazer uso da Etnografia no ambiente escolar é necessário ter clareza metodológica. Desta forma, reconhecemos que a Etnografia possui demandas profundas e abrangentes ao conhecermos cientificamente a realidade pesquisada; e ao serem adotadas na educação, essas demandas não deixam de existir.

Assim, para trazer a Etnografia Educacional para a pesquisa do cotidiano da Educação Antirracista é preciso ter clareza de como pesquisar tendo essa metodologia como caminho científico, não abandonando ou subutilizando o suporte teórico da temática trabalhada, estranhando o familiar, ou seja, reconhecendo que estar na escola não é suficiente, fazendo uso de instrumentos de pesquisa próprios da Etnografia, tendo um longo período de pesquisa, e cumprindo com três dimensões: a institucional ou organizacional, a instrumental ou pedagógica e a sociopolítica/cultural como requisitos básicos para se conhecer o desenvolvimento da Educação Antirracista em seu cotidiano a partir da Etnografia.

Neste sentido, compreendemos que conseguimos alcançar o objetivo traçado para o presente artigo, que foi de discutir a utilização da Etnografia Educacional como base metodológica para investigar o cotidiano da Educação Antirracista. Contudo, no decorrer da construção do material, a discussão não se limita às características levantadas e aos caminhos percorridos, a discussão da utilização da Etnografia Educacional como recurso metodológico de investigação do cotidiano da Educação Antirracista permeia muitas outras fronteiras que precisam ser observadas.

### Referências

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28 – 49, jan./jun., 2003. Disponível em: [www.curriculosemfronteira.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf](http://www.curriculosemfronteira.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf). Acesso em: 19 nov. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 02 dez. 2019

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei n 19.639/2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 2 dez. 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: MEC/Secad, 2005. p. 21-33. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia\\_educacao\\_negro.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil**: uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 97-110.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida (Org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011a. p. 49-72. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; CASTRO, Paula Almeida (Org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011b. p. 25-48. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

REGIS, Kátia Evangelista. O ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no Brasil e da história e cultura africana e local em Moçambique: desafios e possibilidades. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa; COELHO, Wilma de Nazaré Baía; FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa (Org.). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015. p. 75-100.

SOUSA, Fausto Ricardo; SOUSA, Lizandra Sodrê; CARVALHO, Herli de Sousa; SILVEIRA, Francisca Moraes da. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19366.039>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 69-79

Recebido em: 30 de abril de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.